

DESAFIOS SOCIO-ECONÓMICOS DE MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA COVID-19

António Rosário Niquice¹ e Eduardo Ernesto Filippi²

¹*Escola Superior de Relações Internacionais, Universidade Joaquim Chissano (UJC), Moçambique*

²*Faculdade de Ciências Económicas, Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), Brasil*

A ser publicado na: Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública - ISBN 2307-3896

Data de submissão: 09/07/2020

Data de aceitação: 09/11/2020

Data de publicação: xx/xx/xxxx

Como citar este artigo: NIQUICE, A. R., FILIPI, E. E. Desafios socio-económicos de Moçambique no contexto da COVID-19. **Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. saúde pública.** *Pre-print*, 2020.

Este é um arquivo PDF de um artigo que sofreu aprimoramentos após a aceitação, como a adição da página de rosto, metadados e a formatação para facilitar a leitura, mas ainda não é a versão definitiva. Esta versão passará por revisão e edição de texto adicionais antes de ser publicada no seu formato final. Esta versão foi disponibilizada para fornecer visibilidade antecipada ao artigo. Observe que, durante o processo de produção editorial, podem ser descobertos erros que podem afetar o conteúdo.

Artigo original

DESAFIOS SOCIO-ECONÓMICOS DE MOÇAMBIQUE NO CONTEXTO DA COVID-19

António Rosário Niquice¹ e Eduardo Ernesto Filippi²

¹*Escola Superior de Relações Internacionais, Universidade Joaquim Chissano (UJC), Moçambique*

²*Faculdade de Ciências Económicas, Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), Brasil*

RESUMO: O impacto da COVID-19 difere de país para país, os desafios e perspectivas sócio-económicas tem estado a impactar na economia e consequentemente, os índices de pobreza e desigualdades sociais incrementaram à escala global. Desta forma, o presente estudo visa analisar os desafios e impacto nesta perspectiva nas sociedades, economias e grupos vulneráveis, em particular para o caso de Moçambique. O estudo visa compreender os avanços, recuos e desafios de cariz sócio-económicos que o país enfrenta, dados esforços do governo, sector privado, sociedade civil e parceiros de cooperação no sentido de fazer face à pandemia do COVID-19 em Moçambique, através de uma abordagem da análise estatística descritiva (proporções, frequências e indicadores macroeconómicos) - observação simples ou não estruturada e observação estruturada e entrevistas semi-estruturadas a especialistas da área; análise e tratamento de informações em pesquisa qualitativa. As conclusões finais mostram que o Governo de Moçambique tem desenvolvido esforços com vista a assegurar que se contenha a propagação e alastramento comunitário do vírus, com destaque para a Declaração do Estado de Emergência, medidas específicas adoptadas que resultaram na interrupção parcial da actividade económica e medidas de políticas fiscais como o relaxamento do IVA em produtos essenciais que compõem a cesta básica dos Moçambicanos. Estima-se que o impacto da COVID sobre estes indicadores de bem-estar deverá ser diferenciado dependendo do grupo de renda a que o país pertença.

Palavras-chave: Coronavírus, COVID-19, Medidas de Política Económica.

SOCIO-ECONOMIC CHALLENGES OF MOZAMBIQUE IN THE CONTEXT OF COVID-19

ABSTRACT: The COVID-19's impact differs from country to country, socio-economic challenges and perspectives have been affecting the economy and consequently poverty rates and social inequalities have increased globally. Thus, this study aims to analyze the challenges, impact and perspectives on vulnerable societies, economies and groups, particularly in the case of Mozambique. The study aims to understand the advances, setbacks and socio-economic challenges facing the country, given efforts by the government, private sector, civil society and cooperation partners in order to address the COVID-19 pandemic in Mozambique, through a descriptive statistical analysis approach (proportions, frequencies and macroeconomic indicators) - simple or unstructured observation and structured observation and semi-structured interviews with experts in the area; analysis and treatment of information in qualitative research. The final conclusions show that the Government of Mozambique has made efforts to ensure that community spread and spread of the virus is contained, with emphasis on the Declaration of the State of Emergency, specific measures adopted that have resulted in the partial interruption of economic activity and fiscal policy measures such as the relaxation of VAT in essential products that make up the Mozambican coff. It is estimated that the impact of COVID on these welfare indicators should be differentiated depending on the income group to which the country belongs

Keywords: Coronavirus, COVID-19; Economic Policy Measures.

Correspondência para: (correspondence to:) niquice@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo identificar os Desafios Socio-económicos para Moçambique face à COVID-19, bem como a resposta política do Governo de Moçambique. A “COVID-19”, teve origem na província de Wuhan, na China, em Dezembro de 2019. Começou a propagar-se em passo acelerado na China e em outras partes do mundo, através do movimento de pessoas, desde o início de 2020. A disseminação da COVID-19 comprometeu a manutenção de actividades económicas na China e, em Fevereiro de 2020, originou perdas económicas e teve consequências ao nível do emprego e do acréscimo da despesa pública na China e não só, colocando o déficit fiscal de muitos países em espiral. Naturalmente, por questões de ligações com as economias dos países subdesenvolvidos exportadores de matéria-prima bruta e outras comodidades, a redução da actividade económica na China levou a redução do ciclo de negócios para os países africanos, onde Moçambique não é excepção.

De acordo com o Boletim Científico Semanal N.º 1, MISAU (2020, p. 2 - 3) a “COVID-19” “pode resultar de recombinação homóloga entre Coronavírus de Morcegos e Pangolim que desencadeou a uma transmissão entre espécies e emergência do novo coronavírus. No entanto, o SARS-CoV-2 ainda está em processo de evolução e adaptação”. Recorrendo a modelos matemáticos sobre a dinâmica de transmissão e controle da COVID-19, tendo como base de estudo os casos originados “em Wuhan, estimou-se que o número médio de reprodução diária (R_t) em Wuhan diminuiu de 2,35 uma semana antes da introdução de restrições de viagem em Janeiro de 2020, para 1,05 uma semana depois”. Estes dados mostram a importância da redução da mobilidade para a contenção da propagação da epidemia.

Presentemente, a COVID-19 está espalhando o sofrimento humano em todo o mundo, o que deve reter e chamar a atenção de todos agentes económicos e desafiar a classe académica a acoplar esforços com vista a estudar a doença, seus impactos e perspectivas. Do mesmo modo, este vírus está espalhando consequências económicas e sociais em todo o mundo, incluindo Moçambique. De facto, o vírus pode ser tão contagioso economicamente quanto clinicamente.

Ao longo deste tempo, ficou claro que a pandemia da COVID gerou a maior crise económica, social e humanitária de que há memória desde a primeira guerra mundial. Na verdade, pouco antes da eclosão desta pandemia a economia mundial parecia encaminhada para uma boa recuperação; as tensões comerciais e políticas eram vistas como “não tão ruins”, as projecções de crescimento eram animadoras e os mercados financeiros em avanço. Porém, à medida que a COVID-19 foi se espalhando pelo mundo, tornou-se claro que esta será bastante prejudicial para a economia mundial.

Antes da pandemia da COVID, a maior parte da infraestrutura de saúde nos países africanos havia se deteriorado. Actualmente, em África, 65% das despesas com saúde são pagas pelo cidadão, enquanto que na Europa as mesmas são pagas pelo Estado. Durante a pandemia da COVID, apesar da quarentena e outras medidas adoptadas para impedir a sua disseminação em Moçambique, o número de casos infectados continuou a aumentar significativamente desde finais de Março.

Esta situação pode colocar uma pressão sem precedentes sobre o sistema de saúde pública em Moçambique. O Governo de Moçambique tem estado a ampliar as unidades de terapia intensiva e a fornecer mais recursos para hospitais e ao sistema de saúde, com vista controlar a propagação do coronavírus. O severo efeito social da crise do coronavírus foi sentido através da imposição de restrições de movimento, restrição de actividades não essenciais, encerramento de instituições de ensino, escolas e universidades, incentivar as pessoas a ficar em casa, introduzir operações rotativas no funcionamento das empresas com vista a garantir o essencial.

As actividades e operações passam a ser realizadas de forma remota, é reduzido o universo de funcionários que operam de forma presencial e passam a trabalhar em regime de rotatividade ou

mesmo em regime de tele-trabalho, a partir de casa. Essas medidas afectaram inevitavelmente os indicadores económicos de Moçambique e seus vizinhos limítrofes, desafiando os *policy makers* a programar políticas económicas, fiscais e monetárias para mitigar o efeito negativo sobre a economia. Houve, igualmente, necessidade de aplicar o orçamento nacional e o apoio do Banco de Moçambique, do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e dos parceiros internacionais no desenvolvimento de políticas com vista a mitigar a eminente crise nas áreas económica e de saúde, com particular ênfase nas medidas de política fiscal e de apoio e financiamento as PMEs.

TABELA 1: Impacto da COVID no PIB e taxa de crescimento do PIB

País	Populacao	Territorio	Densidade Populacional	Previsao PIB 2020	Previsao PIB 2020	Prv. PIB 2020 (COVID-19)	Prv. PIB 2020 (COVID-19)
	(Centenas)	(Centenas/km2)	(Pop./Km2)	(Milhoes de USD)	(Taxa de Crescimento)	(Milhoes de USD)	(Taxa de Crescimento)
Malawi	19098,96	118	161,86	7300,00	1,90	7066,40	-3,20
Mocambique	31214,52	799	39,07	17141,27	5,20	16652,45	2,20
África do Sul	59267,16	1219	48,62	388754,72	3,89	380000,00	-2,80
Eswatini	1159,48	17	68,20	5092,80	0,06	4800,00	-6,10
Tanzania	59625,02	947	62,96	63012,00	6,80	62000,00	5,80
Zambia	18352,46	753	24,37	28913,00	1,70	29000,00	0,30
Zimbabwe	14850,69	391	37,98	37720,00	-0,30	32800,00	-15,00

Fonte: Calculos dos autores com base nos dados do INE, FMI e Trading Economics.

A Tabela 1 compara os diferentes impactos macro-económicos da COVID-19 entre Moçambique e os países limítrofes. É possível notar que a nível do PIB, o impacto será maior no final de 2020 para a África do Sul, Zimbábwe e Tanzânia, sendo que para Moçambique espera-se uma redução do PIB em cerca de 488,82 milhões de dólares. No entanto, para a taxa de crescimento do PIB que reporta a aceleração da actividade económica o impacto será mais reduzido para Moçambique, Zâmbia e Tanzânia. (Figuras 4 e 5 nos Anexos).

REVISÃO DE LITERATURA

Tratando-se de um fenómeno bastante recente, existe ainda pouca literatura no que se refere à pandemia da COVID-19, no entanto, de acordo com Ferretti *et al.* (2020, p.1-5) o novo coronavírus representam uma síndrome respiratória aguda grave, mais infecciosa e menos virulenta que a anterior SARS-CoV-1, que surgiu na China em 2002.

Ainda neste contexto e de acordo com o ADB Briefs nº 128 (2020, p. 1-8) a COVID-19 pertence à mesma família de coronavírus que causou o surto da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) em 2003 e o surto da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) em 2012. A sua taxa de mortalidade (número de mortes em relação ao número de casos), que ainda é imprecisa, é de cerca de 1% a 3,4% - significativamente abaixo de 10% para SARS e 34% para MERS, mas substancialmente mais alta que a taxa de mortalidade por gripe sazonal, que é inferior a 0,1%. (Tabela 3 nos Anexos).

Infelizmente, o vírus actual tem maior potencial epidémico porque é difícil rastrear infecções leves ou assintomáticas. Embora tenha emergido de hospedeiros de animais, agora se espalha através do contato humano-humano e, por até o momento não haver tratamento, as únicas ferramentas disponíveis para impedir a epidemia são o rastreamento de contatos, o distanciamento social e a quarentena, os quais demoram a ser implementados.

A China fez um trabalho incrível para retardar a propagação do vírus, o que serviu de exemplo para outros países e regiões do globo terrestre sobre como agir rapidamente ou mesmo em antecipação por forma a prevenir a eclosão de uma crise humanitária e saúde sem precedentes.

Dados de evolução da pandemia são avançados por Onyekwena e Ekeruche (2020, p. 5), segundo os quais na primeira semana de Abril haviam sido detectados cerca de 1,39 milhão de casos de coronavírus e 79.382 mortes em todo o mundo, levando a esforços acima do normal para

combater a pandemia da COVID-19. Por mais imperfeitos que sejam os dados, a actual emergência global requer intervenções mais oportunas. Já para Hynes *et al.* (2020, p. 1) as crises, choques e desastres naturais têm levado ao surgimento de incêndios florestais e das extensas inundações. É cada vez mais difícil gerir e actuar sobre o sistema para garantir que possamos continuar a funcionar em meio a essas interrupções, e particularmente como aqueles provocados pela COVID-19.

Neste momento, a China tem as menores taxas de infecção por COVID-19, com menos casos novos do que a maior parte dos países do globo terrestre, e os agentes económicos estão retomando o trabalho e suas actividades, apesar da manutenção de algumas medidas de restrição. No entanto, o desconfinamento não é de todo um sucesso devido à eclosão de uma variante Europeia do coronavírus em Pequim. A exemplo da China, a Singapura é um dos vários países Asiáticos que não hesitaram em tomar medidas firmes quanto necessárias, tempestivamente. Por ser um estado insular oferece uma série de vantagens quando se trata de rastrear pontos de acesso e partida. Os cidadãos que retornaram à Singapura vindos dos países afectados foram imediatamente colocados em quarentena.

De acordo com o Boletim Científico Semanal n.º 1, MISAU (2020, p. 6), ainda não existem vacinas ou tratamentos específicos para o COVID-19. No entanto, a nível mundial, dezenas de grupos de pesquisa estão a trabalhar no seu desenvolvimento, sejam elas de longo ou de curto prazo. Boletim Científico Semanal n.º 1, MISAU (2020).

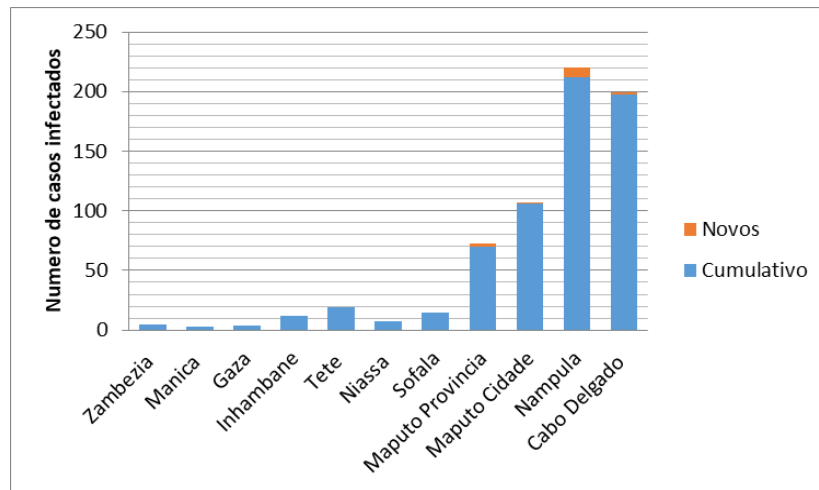
Segundo o BOLETIM DIÁRIO COVID-19, n.º 92 (2020, p. 1 e 2) um estudo transversal em Singapura revelou resultados preocupantes, que mostraram que 56,7% das salas tinham pelo menos uma superfície ambiental contaminada. Já em Itália, outro estudo reportou detecção de RNA do SARS-CoV-2 em águas residuais colhidos em áreas de alta epidemia em Milão e em áreas de baixa epidemia em Roma. Os resultados mostraram que 50% das amostras foram positivas. Isto leva-nos a concluir que o risco de contaminação e o grau de existência de partículas de COVID-19 em superfícies fechadas ou em áreas de maior concentração de detritos e escoamento de águas não potáveis é igual, quer seja em áreas de alta epidemia, quer seja em áreas de baixa epidemia.

Por outro lado, do ponto de vista de diagnóstico, há evidências empíricas que sugerem avanços no processo de triagem de pacientes suspeitos de COVID-19, permitindo dessa forma “projectar uma triagem estratégica em uma região epidémica com um grande número de pacientes com COVID-19 e outras doenças respiratórias, perante recursos limitados para testes moleculares que usam o ácido nucleico do vírus (PCR em tempo real)” BOLETIM DIÁRIO COVID-19, n.º 92 (2020).

Citando o Outbreakbrief n.º 22 (2020) até 16 de Junho de 2020 haviam sido relatados um total de 7.833.243 casos de COVID-19 e 431.795 mortes devido a esta pandemia. Em África, foram registrados 251.866 casos de COVID-19 e 6.769 mortes (CFR: 2,7%) em 54 países africanos. Isso representa cerca de 3,2% de todos os casos relatados globalmente.

O gráfico na Figura 1 mostra a situação epidemiológica da COVID em Moçambique às 16 horas do dia 17 de Junho de 2020. Segundo estes dados, podemos depreender que há maior concentração de casos que acusaram positivo para a COVID-19 nas províncias de Maputo, Maputo Cidade, Cabo Delgado e Nampula, por ordem crescente. Os grupos etários mais afectados são dos 20-44 anos de idade, há muito mais homens afectados do que mulheres. Moçambique não está entre os países mais afectados em África e na região pela COVID-19, três dos países fronteiriços (África do Sul, Zâmbia e Tanzânia) atingiram o nível de transmissão comunitária. Para o caso de Moçambique, as províncias de Nampula e Cabo Delgado são, actualmente, as únicas com transmissão comunitária. Concluindo, apesar de maior percentagem dos infectados serem população com idade activa, os grupos de risco ou vulneráveis (crianças, idosos e mulheres) são os menos infectados pela pandemia do C-19.

Estes factos revelam uma janela de oportunidade não só do ponto de vista clínico e epidemiológico, mas também do ponto de vista socioeconómico. Políticas de saúde que sejam direccionadas a consciencializar, controlar e tratar as faixas etárias entre os 20 e os 44 anos de idade e políticas económicas que visem diminuir o grau de exposição dos grupos vulneráveis, permitindo que estes possam no futuro próximo desempenhar actividades económicas que não sejam contratos de curto prazo ou sector informal permitirão uma rápida retoma da actividade económica sem aumentar em demasia a demanda agregada nem sufocar a oferta.



Fonte: MOÇAMBIQUE. MUSAU. BOLETIM DIÁRIO COVID-19, nº 92.

FIGURA 1: Situação epidemiológica da COVID em Moçambique

Segundo o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) (2016, p. 9), de 1996 a 2014 houve uma redução acentuada da Pobreza tanto nas áreas rurais como nas urbanas. No entanto, a pobreza é agora maior no norte e centro, tendo reduzido significativamente na Zona Sul, principalmente nas zonas urbanas. O IAF (2002) mostra claramente que agregados familiares chefiados por mulheres tendem a ser mais pobres e dependentes da agricultura, bem como do sector informal, apesar de as mulheres e crianças demandarem menos calorias do que os homens. Isto significa que apesar de ser considerado óptimo, é mais difícil retirar os grupos vulneráveis dos sectores agrícola e informal, o que consubstancia e autentica as políticas sanitárias e de higiene implementadas pelo Governo nas zonas rurais e principalmente nos mercados informais, e não só, nas zonas de aglomeração urbana.

METODOLOGIA

Estudar os Desafios Socioeconómicos de Moçambique no Contexto da COVID é um exercício que embora bastante relevante e tempestivo é simultaneamente complexo devido a escassez e falta de dados e de literatura consolidada dado o carácter recente da pandemia do novo coronavírus e a diferença entre esta e as epidemias que ocorreram anteriormente. No entanto, durante a pesquisa optámos por fazer uma análise quantitativa e qualitativa, centrada nas estimativas existentes e comparação dos dados e resultados existentes (fornecidos por instituições internacionais e nacionais) entre Moçambique, países vizinhos, países da SADC, África e resto do Mundo.

Análise Quantitativa: estatística descritiva (proporções, frequências e indicadores macroeconómicos)

- Observação simples ou não estruturada – simples descrição dos dados;
- Observação estruturada - Na observação científica estruturada, os sistemas são frequentemente usados para dar conta dos dados coletados nas pesquisas;

- Não participativo ou externo - É comum aplicar esse tipo de observação quando o objeto de estudo é gerenciável por uma única pessoa. Se for muito amplo, é necessária a participação de mais observadores;
- Análise Qualitativa: análise de conteúdo
- Entrevistas semi-estruturadas a especialistas da área;
- Análise e tratamento de informações em pesquisa qualitativa;

Tipos e natureza das variáveis

- Organização dos dados e visualização dos dados originais;
- Estimativas e Comparação de Resultados: estimação dos resultados com base em cálculos dos autores e comparação entre diferentes metodologias de cálculo bem como de inferências diferentes no nível da região, países vizinhos e entre grupos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na pesquisa efectuada, dados recolhidos, analisados e sistematizados incluindo a interpretação dos resultados, importa verificar quais os possíveis cenários e/ou as políticas que devem ser seguidas para reduzir da melhor forma os impactos negativos da pandemia da COVID. Desta análise, ficou claro até este ponto que é fundamental que o Governo de Moçambique adopte através de medidas de políticas acertadas no curto, médio e longo prazos para reverter impactos tão negativos sobre a economia, sociedade e sistemas de saúde.

Intervenções de saúde pública e seu impacto socioeconómico

Colocar em quarentena as pessoas afectadas e reduzir a interacção social em larga escala é uma resposta eficaz. A ampla disseminação de boas práticas de higiene pode ser uma resposta de baixo custo e altamente eficaz que pode reduzir a extensão do contágio e, portanto, reduzir o custo social e económico. Segundo o Instituto Nacional de Saúde (INS), é importante comprimir a curva epidemiológica e retardar o período de pico da epidemia da COVID, este cenário permitiria reduzir a pressão sobre o sistema de saúde pública em Moçambique.

Em relação ao caso de Afungi, o MISAU desenhou uma série de medidas que se consolidaram no controle da epidemia. Da mesma forma, o MISAU está neste momento a programar medidas de controle e diagnóstico da epidemia, visando obter o perfil da mesma para as Províncias de Nampula e Cabo Delgado, onde se verifica transmissão comunitária.

Uma lição fundamental desta pandemia ao nível de políticas de saúde é que todos os países precisam participar activamente. Fechar as fronteiras depois de a pandemia começar é um acto tardio, principalmente se a doença já tiver se estabelecido em outros países vizinhos.

Resposta dos parceiros de Cooperação

Prevalece a necessidade urgente de se construírem infra-estruturas específicas (hospitais de campanha) com vista a albergar os prováveis doentes do Coronavírus, das quais Moçambique ainda não dispõe. O ideal seria alargar a rede sanitária para os distritos onde o país ainda não dispõe de rede sanitária para com especificidade criar condições específicas para atender a pandemia do C-19.

O ICCT (*International Community COVID-19 Task Force*), vai disponibilizar a soma global de 500 Milhões de dólares (309 milhões vindos do FMI, Banco Mundial e BAD) e 200 milhões provenientes da reestruturação de programas existentes, com vista a amortecer o impacto de medidas essenciais de distanciamento social, além de permitir a participação contínua dos mais vulneráveis na economia.

Estas medidas vão ao encontro com as percepções e análise desenvolvida neste trabalho científico, segundo as quais o apoio aos grupos vulneráveis e a manutenção das medidas de restrição, mesmo que perante a necessidade de um desconfinamento gradual seriam fundamentais para reduzir impactos Socio-económicos negativos da COVID.

Diante da pressão real e financeira, há um papel crítico para os governos. Embora o corte nas taxas de juros seja uma possível resposta para os bancos centrais, o choque não é simplesmente um problema de gerenciamento da demanda, mas uma crise multifacetada que exigirá respostas monetárias, fiscais e de políticas de saúde. Esse esforço multifacetado, tem vindo a acontecer em Moçambique através da estratégia de “coordenação e parceria positivas” entre Ministérios no combate ao C-19.

Para Baldwin e di Mauro (2020, p. 12-18), os elementos psicológicos ou baseados em crenças dos choques também se baseiam, em parte, nas crenças e acções de outros. Quando as crenças se baseiam nas crenças de outras pessoas, é provável que haja múltiplos equilíbrios. Pode haver um equilíbrio óptimo e ao mesmo tempo ruim - e uma “dinâmica não linear” muito em transição. Se as crenças mudarem do bom para o mau equilíbrio, devido à perda de confiança na capacidade do governo de conter a propagação, o resultado pode ser caótico. Ou, para colocar de maneira mais direta, crenças que dependem das crenças de outras pessoas podem produzir comportamento e pânico na demanda, a exemplo das corridas ao banco. Do lado da oferta também há choques, o tamanho da contração resultante da redução de mão-de-obra em actividade pode ser atenuado hoje, graças à tecnologia digital e software e bancos de dados colaborativos baseados em nuvem. Isso não existia quando, por exemplo, a pandemia da SARS ocorreu há quase duas décadas. Mas, o trabalho remoto não é uma panacea. Nem todas as tarefas podem ser executadas remotamente, mesmo agora. É necessária a presença humana no local, especialmente para lidar com bens tangíveis, a exemplo da importação ou exportação de bens, ou mesmo produção agrícola ou agro-processamento. Estes choques, tal como na crise financeira de 2008 são contagiosos entre mercados, devido à globalização. Nestes termos espera-se uma drástica redução dos volumes de comércio, em todos os países e em quase todos os produtos, com um padrão de reação ao choque da COVID ainda pior do que o da crise financeira global de 2008.

A nova abordagem do ponto de vista de políticas macro-económicas coloca no centro do debate aspectos como: incerteza, imprevisibilidade e a natureza estocástica dos choques sistémicos. Que implicações tem isto em termos de política? Deixamos de confiar apenas nos operadores dos sistemas e colocamos ênfase na “resiliência” realçando a capacidade de recuperação e adaptação durante e após situações de crise e interrupção ou redução da actividade económica. Esta nova abordagem surge da fragilidade dos sistemas em evitar, suportar e absorver toda e qualquer ameaça. Essa mentalidade reconhece que o universo infinito de ameaças futuras não pode ser previsto e medido adequadamente, nem seus efeitos podem ser totalmente compreendidos. A resiliência reconhece que rupturas maciças podem e ocorrerão, e é essencial que os sistemas principais tenham capacidade de recuperação e adaptação para garantir sua sobrevivência no futuro e até mesmo tirar proveito de oportunidades novas ou reveladas após as crises para melhorar o sistema por meio de soluções mais amplas (HYNES, *et. al.*, 2020, p. 1-3).

Possíveis caminhos de retoma socioeconómica

Um dos caminhos para a recuperação socioeconómica é uma acção urgente para proteger as pessoas vulneráveis e necessitadas. Isto implica a proteção de empregos, negócios e meios de subsistência para iniciar uma recuperação segura das sociedades e economias o mais rápido possível, por um caminho mais sustentável, com igualdade de gênero.

Ter como alvo os grupos vulneráveis não é suficiente. Estamos todos em risco porque somos tão fortes quanto o sistema de saúde mais fraco. "Tudo o que fazemos durante e após a crise deve estar com um forte foco na construção de economias e sociedades mais iguais, inclusivas e

sustentáveis, mais resilientes diante das pandemias, das mudanças climáticas e dos muitos outros desafios globais que enfrentamos", disse António Guterres, Secretário Geral das Nações Unidas.

De acordo com Nicola *et al.* (2020, p. 5) com o medo de uma nova recessão e colapso financeiro, há uma demanda por uma liderança resiliente e forte na área da saúde, negócios, governo e sociedade em geral. Medidas imediatas de alívio precisam ser implementadas e ajustadas para os grupos mais afectados pelos choques. É necessária uma planificação de médio e longo prazo para reequilibrar e voltar a impactar a economia local após esta crise. Também é necessário um plano amplo de desenvolvimento socioeconômico, incluindo planos setor a setor e um ecossistema que incentive o empreendedorismo, para que aqueles com modelos de negócios robustos e sustentáveis possam florescer. É prudente que governos e instituições financeiras constantemente reavaliem e reavaliem o estado da situação e garantam que a promessa de fazer “mais que o possível” para a retoma económica e das sociedades em geral.

Lições aprendidas da COVID

A primeira grande lição a tirar é que nenhuma economia se sentia suficientemente capacitada e preparada para lidar com o impacto socioeconômico da COVID-19. Houve uma necessidade de reinventarem-se na sua plenitude, quer no *modus operandi*, assim como no *modus vivendi*.

Tirando lições da crise económica e financeira global de 2008-2009, verificamos que os países com fortes sistemas de protecção social e serviços básicos sofreram menos e se recuperaram mais rapidamente. Para impedir que bilhões de pessoas caíssem na pobreza, os governos ao redor do mundo precisarão adaptar, estender e ampliar rapidamente as estratégias de segurança, como transferências em dinheiro, assistência alimentar, esquemas de seguro social e benefícios para crianças para apoiar as famílias.

Os custos de curto prazo da COVID-19 provavelmente superarão os das epidemias passadas, devido à estagnação da economia global sincronizada e sem precedentes induzida por medidas de contenção. Quanto mais prolongadas forem as medidas de contenção maiores os riscos e as perdas na produção, o que afecta diretamente o ajuste salarial anual. A análise dos impactos socioeconômicos enfrenta sempre o desafio de rápidas mudanças no panorama epidemiológico, clínico e principalmente de pontos de equilíbrio diferentes no curto prazo.

As restrições de viagem e as medidas de distanciamento social continuarão a afectar fortemente a economia global, espera-se uma redução na capacidade de produção, pelo menos no curto prazo, escassez da procura devido à diminuição da confiança do consumidor e ao aumento dos empréstimos das famílias que precisarão ser pagos, o que deve reduzir as despesas arbitrárias. Nesse cenário, a economia doméstica local não recuperará antes de 2022.

De acordo com o WFP-Regional Bureau (2020, p. 1) a maior parte dos países subdesenvolvidos e que detém recursos naturais enfrentam ou enfrentaram muito recentemente conflitos civis e militares, que os levou a aumentar a fragilidade em relação a dotações de recursos alimentares e cadeias de produção alimentar bem como bolsas ou fundos alimentares. Neste contexto, os sectores mais afectados pela crise da COVID-19 são: agricultura, indústria extractiva e turismo. Os canais de transmissão da crise económica serão: comércio global e preços (*global value chains*), fluxos financeiros externos (*remittances*), turismo (*less demand and travel restrictions*) e capital doméstico (*underutilization of human and financial capital*).

Esta crise provocada pela COVID-19 levanta também desafios de curto e longo-prazo para o sector da educação, sobretudo nas camadas mais vulneráveis e pobres, dado que a educação é uma variável-chave para mitigar a fragilidade dos grupos vulneráveis aos choques externos (na renda e outras fontes de rendimento), bem como a própria pobreza extrema. É fundamental reduzir o tempo que os estudantes ficam sem acesso a educação, ao mesmo tempo que se coordena todo o mecanismo de controle e prevenção da propagação da doença.

Desafios Sócio- Econômicos no Contexto da COVID em Moçambique

Saúde Pública

De acordo com Baldwin e di Mauro (2020, p. 7) a curva epidemiológica da COVID-19 é acentuadamente crescente dado o padrão de contaminação e contágio, segundo o qual uma pessoa infectada contamina mais de uma pessoa levando a aceleração do número de casos positivos ao longo do tempo. No entanto, o padrão de contaminação em Moçambique encontra-se neste momento no seu pico, esperando-se que mais tarde diminua o número de casos novos como resposta às medidas de prevenção, havendo menos pessoas infectadas e um fluxo constante de pessoas que se torna não infeccioso (na sua maioria recuperada).

Não há certezas em relação à possibilidade de reinfeção do novo coronavírus, nem mesmo quanto a possibilidade da eclosão de uma segunda vaga de casos positivos, o que pode aumentar os custos económicos e desafios para o sistema de saúde e políticas de contingência e prevenção do contágio. Este aspecto levanta algumas dúvidas em relação ao modelo epidemiológico inicialmente sugerido para a COVID-19, o qual divide a população em Suscetível a infecção, Infeccioso e Recuperado (e, portanto, imune) – Modelo SIR. Não há evidências científicas que provem que recuperado signifique imune. Logo a ideia de exposição à doença como terapia deve ser colocada de parte. De acordo com este Modelo epidemiológico, cerca de 80% da população poderia ser infectada por uma epidemia não controlada. Outro aspecto a realçar para o caso de Moçambique e no geral, é a baixa taxa de mortalidade.

O grande desafio para Moçambique é a consciencialização e mudança de comportamento cumprindo o distanciamento social e as medidas de higienização e saúde. Por outro lado, a capacidade do sistema de saúde pública em Moçambique é limitada, com grande parte da população enfrentando dificuldades de acesso a cuidados de saúde, dada a distância para chegar ao serviço de saúde mais próximo e à escassez de médicos, principalmente nas zonas recônditas. Há falta de infraestrutura e equipamentos hospitalares suficientes e poucos especialistas em saúde, sobretudo ligados à investigação e ao controle de epidemias, apesar da elevada experiência com outras epidemias como HIV, a malária e a cólera. Estas e outras doenças agravam o número de doentes crónicos e outros que demandam cuidados consistentes. A probabilidade e facilidade de colapso do sistema de saúde é por isso mais elevada. Além disso, um número limitado de leitos e unidades de terapia intensiva (UTIs) significa que muitos dos pacientes não receberão os cuidados necessários para combater o vírus, caso a doença atinja níveis muito elevados de contaminação.

Senegal é exemplo de inovação ao iniciar a validação de um teste para diagnóstico da COVID-19 que pode ser feito em casa e produzir resultados em menos de 10 minutos – com um custo total de um dólar. Uma iniciativa como esta pode ajudar no diagnóstico antecipado de casos de infecção por coronavírus.

Um dos maiores desafios para os sistemas de saúde pública centra-se na necessidade de conceber cada vez mais uma estrutura para o desenvolvimento de diretrizes clínicas durante emergências de saúde pública para garantir métodos rigorosos e a inclusão de populações vulneráveis, dado que esta foi uma das falhas no combate e mitigação do impacto da COVID-19, a não existência de defesas e sistemas de controle para grupos vulneráveis.

Economia e Finanças

A análise de custo-benefício nas políticas de saúde certamente vai além da contabilização de ganhos e perdas económicas. Mas, mesmo numa perspectiva económica estreita, o curso de ação adequado está longe de ser estabelecido. Por um lado, as altas perdas de produção resultantes dos esforços globais para conter a pandemia da COVID são sem precedentes. Por outro lado, não está claro se o cenário contra factual seria menos oneroso - uma pandemia não controlada como a Grande Gripe de 1918 resultou em danos substanciais e persistentes. Portanto, é necessário um

entender melhor os canais de transmissão do choque COVID-19 para a economia, a interacção entre as decisões económicas e a epidemia e as trocas políticas. De acordo com a maior parte dos economistas, países com estrutura económica diferente precisarão de respostas diferentes para lidar com o desafio económico global, mas os riscos de exponenciação da dívida ou inflação podem ser controlados com tomadas de decisões pontuais e específicas sobre políticas. Este é o maior desafio para o Governo de Moçambique, eleger políticas pontuais e específicas que ajudem a controlar o impacto negativo da COVID-19 sobre os indicadores macro-económicos e de bem-estar (*poverty head countratio, human development index, inequality, calories intake*, etc.). Importa realçar que todo o processo de tomada de decisão envolve riscos, acautelar esses riscos faz parte dos desafios de política económica que o Governo de Moçambique deverá enfrentar.

O primeiro risco está na necessidade de o Banco de Moçambique efectuar grandes injeções de capital na economia, financiando o sector privado (em particular as pequenas e médias empresas) o que requer medidas de política monetária para conter a inflação. Outro risco associado está na monetização do déficite, ou seja, há necessidade de financiar o déficite da COVID-19. Essa monetização do déficite pode evitar uma espiral de inflação e permitir a retoma da economia a custo da depreciação do metical face ao dólar, com impacto nos preços domésticos. Portanto a monetização do déficite poderá ter um impacto na restrição das ofertas de material de construção, bens e artigos manufacturados. Da mesma forma, tal como o que ocorre em outros países da região, prevê-se ainda "um incumprimento" dos prazos nas entregas de vários produtos devido a interrupção de produção na China, de onde Moçambique importa diversos produtos, bem como uma possível quebra nos produtos de logística e transporte que poderá afectar o abastecimento de produtos, equipamento, maquinaria, mobiliário e trigo.

O segundo risco é que os custos de fornecer apoio fiscal levarão a um aumento insustentável da dívida. Essas preocupações estão realmente relacionadas, uma vez que uma maneira de reduzir a carga de dívida ao longo do tempo é através da inflação mais alta. Mas ambos são exagerados. Tem de haver um balanceamento para não entrarmos em extremos ou inflação elevada ou dívida externa e interna insustentáveis.

O Banco de Moçambique prevê os seguintes impactos na economia como resultado de medidas de política monetária para mitigar os efeitos da COVID: (a) a redução da taxa de reservas obrigatórias, o que liberta liquidez (dinheiro) para os bancos comerciais financiarem o sector privado, reduz os custos dos bancos comerciais, levando a redução das taxas de juro e reduz os custos cobrados pelos bancos comerciais aos seus clientes; (b) a introdução de uma linha de financiamentos em moeda estrangeira para os bancos comerciais: venda de moeda externa aos seus clientes para a realização de importações, reduzindo a oscilação da taxa de câmbio e, por essa via, promover a estabilidade do preço dos bens e serviços (inflação baixa e estável); (c) não obrigatoriedade de constituição de provisões: negociação da dívida das empresas aos bancos comerciais em condições que lhes permitam pagar a dívida de acordo com a sua capacidade financeira e reduzir a pressão sobre as taxas de juro dos empréstimos e permitir que as empresas afectadas pelo COVID-19 possam efectuar o pagamento de despesas fixas ou inadiáveis.

No curto e médio prazo, o impacto das políticas actuais é de tornar significativa a ameaça de inflação mais alta, seja porque a demanda agregada se recupera e as economias retornam ao pleno emprego, seja porque as expectativas de inflação aumentam e o espectro do estagflação aparece. Daí a comparação dos efeitos desta crise aos da primeira guerra mundial na Alemanha, que no entanto, deixa de fazer sentido se assumirmos que o resultado mais provável é um período de inflação moderadamente mais alta do que um período de aumentos de preços desenfreados e que um cenário de hiper-inflação tende a ocorrer apenas como resultado de um colapso político e institucional, do qual Moçambique está longe. Ademais, um fracasso em responder a um colapso tão grande na actividade e no resultado dos choques externos e domésticos que advém desta pandemia da COVID-19, resultaria num cenário com "custos económicos, sociais e financeiros ainda maiores". MALISZEWSKA, Maryla *et al.* (2020).

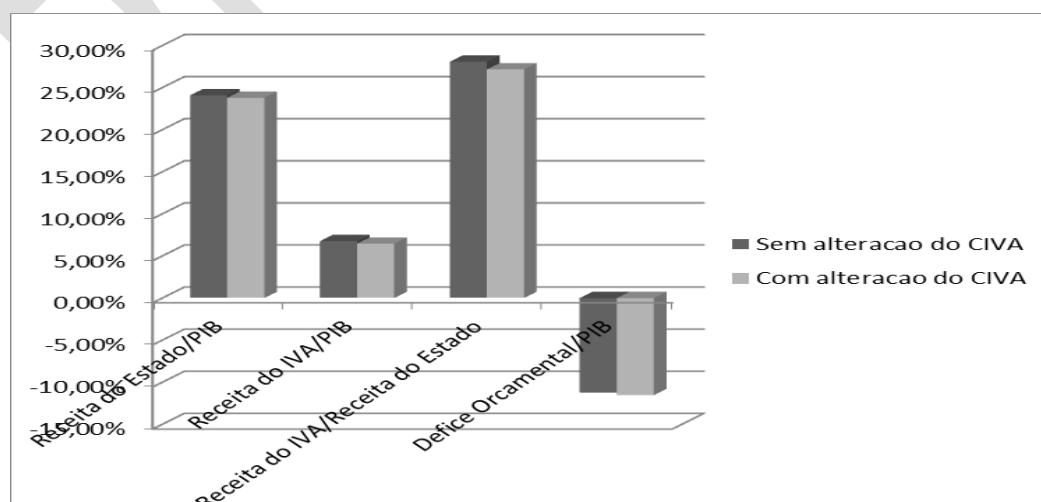
Outro desafio que o sector financeiro poderá enfrentar é a fuga de capitais devido aos movimentos no mercado de capitais gerados pela mudança nas decisões dos participantes do mercado, que originalmente não foram afetados pelo vírus ou pelo medo dele, mas que agora enfrentam os riscos de investimentos devido ao C-19, os quais podem desencadear uma epidemia de movimentos do mercado. Isso pode levar como observamos recentemente, a um colapso no sistema financeiro e a uma depreciação do metical face ao dólar, gerando menor capacidade de importar produtos de primeira necessidade e outros que se revelam importantes para garantir o mínimo de bem-estar socioeconômico e uma taxa de inflação moderada. (NAEC, 2020, p. 3).

A nível do Orçamento do Estado, o impacto directo das medidas de mitigação da COVID-19 será na alteração do Código do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA), no qual estão isentos de pagamento o açúcar, óleo e sabão até 31 de Dezembro de 2020. Este impacto na redução da receita fiscal será de 2.955.359.990,00 MT, o que deverá originar um aumento do défice fiscal em relação ao PIB de 0,3 pontos percentuais, tal como mostra a Tabela 2 E Figura 2. A mesma redução de 0,3 pontos percentuais ocorre para a receita do Estado, Receita Fiscal e Receita do IVA em relação ao PIB, no entanto o peso do IVA sobre a Receita do Estado baixa em 0,91 pontos percentuais.

TABELA 2: Impacto da alteração do CIVA até Dezembro de 2020. (10³ MT)

Impacto da isenção do IVA no Orçamento de Estado 2020		
	Sem alteração do CIVA	Com alteração do CIVA
PIB	977.835.204,7	977.835.204,7
Receita do Estado	235.590.286,1	232.634.926,1
Receita do IVA	66.155.904,39	63.200.544,4
Despesa Publica	345.381.800	345.381.800
Défice Orçamental	-109.791.513,9	-112.746.873,9
Receita do Estado/PIB	24,09%	23,79%
Receita do IVA/PIB	6,77%	6,46%
Despesa Publica/PIB	35,32%	35,32%
Défice Orçamental/PIB	-11,23%	-11,53%

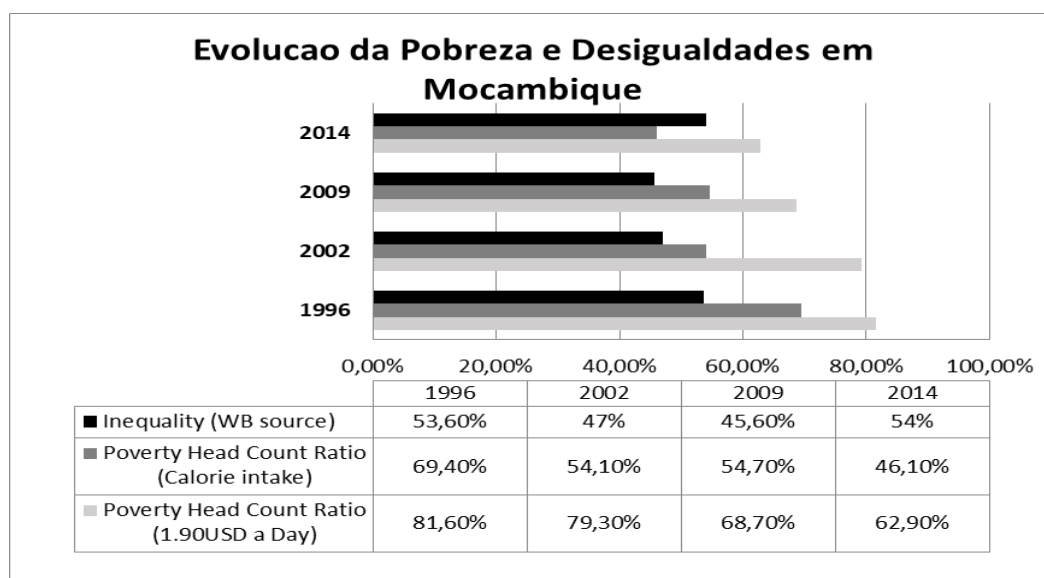
Fonte: PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020; Redução no IVA em 2.955.359,99 mil MT (Fonte: MEF)



Fonte: Estimativas dos autores com base nos dados do Ministério da Economia e Finanças (2020).

FIGURA 2: Impacto Orçamental da Isenção do IVA em face da COVID em Moçambique

Ficou evidente ao longo desta pesquisa que tanto a eclosão da pandemia da COVID, assim como as medidas de política utilizadas para combater possíveis efeitos mais graves deverão afectar de forma desproporcional às famílias de baixa renda, particularmente aqueles vivendo abaixo da linha da pobreza. De acordo com a Figura 3, a evolução dos indicadores de bem-estar mostra uma redução generalizada dos níveis de pobreza e desigualdade desde 1996 a 2014. Estima-se que o impacto da COVID sobre estes indicadores deverá ser diferenciado dependendo do grupo de renda a que o país pertença. Sendo Moçambique um país de baixa renda o impacto deverá ser maior no nível das desigualdades do que nas medições de pobreza.



Fonte: World Bank e Ministério da Economia e Finanças (2016)

FIGURA 3: Indicadores de bem-estar em Moçambique (1996-2014)

No entanto, medições de pobreza com linhas de pobreza acima dos 2 dólares por dia, mostram que grande parte dos agregados económicos em Moçambique são financeiramente vulneráveis, o que significa que eles não têm os recursos financeiros necessários para evitar o risco de cair na pobreza se perderem três meses de sua renda. Se entrarmos no campo do mercado de trabalho em Moçambique, verifica-se que a agricultura (sector primário ou tradicional) e o sector informal abrangem maior parte da população vivendo nas zonas rurais e urbanas. Nos casos de trabalhadores que trabalham com contratos curtos, às vezes com proteção social fraca ou inexistente, com opções limitadas para trabalhar remotamente e com riscos de perda de emprego e lucros perdidos se tiverem que ficar longe do local de trabalho devido a doenças, quarentena ou fecho de atividades específicas, determinados pelo governo o risco de aumentarem o perfil de pobreza também é elevado, exemplos destas actividades são: restaurantes, bares, barracas, mercados, táxis e serviços de entrega. Medidas para compensar pessoas e empresas por perdas de lucros, envolvendo adiamento de impostos e pagamentos de dívidas pelo governo para este extracto social aliviarão a situação. Mas em situações onde há contratos de curto prazo e as pessoas são muito pobres e têm poucas economias, nenhuma quantidade de estímulo monetário irá levar a retoma da demanda.

Quanto ao lado da oferta da economia, as empresas que tiverem que reduzir suas atividades levarão tempo para reiniciar a produção e contribuir para as cadeias de suprimentos globais, aumentando a dependência sobre as importações, num cenário de maior pressão sobre a inflação e a taxa de câmbio. No caso de o pior cenário se materializar, a política fiscal seria claramente a melhor ferramenta, dado que as medidas fiscais podem ser implementadas rapidamente como ajuda direcionada às pessoas afetadas por income gaps devido a quarentena ou despedimentos massivos.

Mercado de Trabalho, Comércio Externo e Dívida Pública

Mercado de Trabalho

Quanto mais crescem e se tornam evidentes as privações e efeitos socioeconómicos da crise COVID-19, um dos maiores desafios para os governos é limitar os efeitos adversos à longo prazo nos mercados de trabalho. Esse esforço exige uma resposta política abrangente para estabelecer as bases para a criação de postos de trabalho sustentáveis, que não sejam de curto prazo e fora do sector informal. Há uma necessidade de ação imediata por meio de medidas macroeconómicas e setoriais; apoio específico a empresas, empregos e rendas; proteção para trabalhadores no local de trabalho; e a dependência do diálogo social ao estabelecer soluções para a crise. É cada vez mais indispensável que se identifique no país Indústrias, Pequenas e Médias Empresas e Sectores que tem tido dificuldades de recuperação pós-crise, esta identificação permite e permitirá desenhar intervenções de política económica para continuar a pagar salários nestes sectores durante a crise e no período de recuperação. Este grupo de empresas foi identificado pelo Governo de Moçambique e tem beneficiado de empréstimos a juros bonificados pela via de financiamentos do BM à banca comercial e relaxamento de algumas restrições de política monetária. Estas medidas garantem uma comparticipação do governo e das empresas no pagamento de salários, mesmo que não seja na totalidade; evitando demissões em massa, eliminando a necessidade de tais trabalhadores buscarem novas oportunidades económicas para perdas salários e permanecerem em conformidade com os requisitos de resposta a pandemia.

Comércio Externo e Dívida Pública

Do ponto de vista da economia real, dado que Moçambique é uma economia orientada para as exportações, espera-se que o impacto imediato venha de um declínio na demanda por exportações de bens e serviços, especialmente mercadorias. Isso ocorrerá porque a Ásia, a região da SADC, a Europa e, em menor grau, os Estados Unidos da América são os principais mercados de exportação de Moçambique, os quais deverão contrair e entrar em recessão, seguindo as medidas de contenção e bloqueio que estão sendo adotadas em todo o mundo.

Excluindo megaprojetos, o desempenho das exportações de Moçambique nos últimos anos permaneceu robusto, com as exportações de não megaprojetos crescendo anualmente em média 16% entre 2017 e 2019, uma parte importante desse crescimento foi, de fato, impulsionada pelas exportações de bens agrícolas e agro processamento, a exemplo: o algodão, o açúcar, a castanha de caju, os legumes ou frutas, que empregam, direta ou indiretamente, maior parte dos trabalhadores rurais (na sua maioria sazonal). Outro impacto na procura agregada será a redução de Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

Outro grande desafio que o Governo de Moçambique deverá enfrentar, para aprovar políticas eficazes de combate ao COVID-19, preservando também a estabilidade macroeconómica, será a eminência, não de uma crise sistemática da dívida, mas de um aumento exacerbado da dívida pública (externa e interna), que poderá obrigar a um pedido, não excepcional, de perdão ou alívio temporário da dívida externa. Factor que será necessário para ajudar o continente Africano, em particular Moçambique a reduzir os efeitos da pandemia.

Legislação e Medidas de Política Atinente no Contexto da COVID-19

Tendo em conta a eclosão do novo coronavírus, que originou o surto da pandemia da COVID, o qual afecta milhões de pessoas em todo o mundo, actualmente com cerca de 8.931.812 casos positivos de COVID-19, dos quais 3.715.760 continuam activos, com riscos crescentes de propagação da doença, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2020, de 25 de Março, foi criada a Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta ao COVID-19, órgão, de consulta e assessoria técnica ao Governo que funciona no Ministério da Saúde. A Comissão tem como tarefas, entre outras, as seguintes: efectuar a análise situacional contínua da

pandemia da COVID; assegurar assessoria científica e técnica, aconselhar o Governo, rever e promover estratégias de prevenção, e propor Planos e Acção para a Mitigação da COVID em Moçambique.

Ainda no âmbito da luta contra o COVID-19, através do Decreto Presidencial n.º 11/2020, de 31 de Março, foi declarado o Estado de Emergência, por um período de 30 dias, a qual foi ractificada pela Assembleia da República através da Lei n.º 1/2020, de 31 de Março. No entanto, constatando o aumento do número de casos de transmissão local, que fundamentaram a declaração do Estado de Emergência, foi necessário prorrogá-lo e ajustar as medidas decretadas por forma a reduzir a propagação da doença, através do Decreto Presidencial n.º 12/2020, de 29 de Abril, por mais um período de 30 dias, a qual foi ractificada pela Assembleia da República através da Lei n.º 4/2020, de 30 de Abril.

As medidas de ajuste foram as seguintes: limitação de circulação interna, imposição de confinamento e internamento com objetivos preventivos e fins terapêuticos, limitação da entrada e saída de pessoas, em todo o território nacional, e outras medidas de reforço das restrições. Esperava-se com estas medidas a conscientização e mudança de comportamento por parte da grande maioria dos cidadãos Moçambicanos e estrangeiros com residência permanente em Moçambique. Tal facto não ocorreu tendo Moçambique acelerado a velocidade de contágio, ou seja, reduzido o período de duplicação do número de novos casos positivos.

Desta forma, tendo verificado que apesar das medidas adoptadas, aumentara o número de casos de das cadeias de transmissão, e auscultada a Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta ao COVID-19, esta recomendou a continuidade da adopção de medidas excepcionais para proteger a vida humana e a saúde pública. Assim, prorrogou-se pela segunda vez o Estado de Emergência e o ajuste de medidas decretadas por forma a reduzir a propagação da doença. Esta medida de política foi declarada através do Decreto Presidencial n.º 14/2020, de 28 de Maio, por um período de 30 dias, a qual foi ractificada pela Assembleia da República através da Lei n.º 6/2020, de 29 de Maio. Neste contexto, o Conselho de Ministros aprovou as medidas de execução administrativa para a prevenção e contenção da propagação da pandemia COVID-19, que vigora durante o Estado de Emergência.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente trabalho permitiu com base na análise de dados recolhidos e sistematizados concluir que devido as medidas de políticas e decisões tempestivamente e oportunamente tomadas como é o caso da declaração do estado de emergência, medidas de política e incentivos fiscais, foi possível controlar o mais que provável alastramento e consequente efeito catastrófico da COVID em Moçambique.

O Governo de Moçambique tem desenvolvido esforços com vista a assegurar que se contenha a propagação e alastramento comunitário do vírus, com destaque para a Declaração do Estado de Emergência e demais medidas específicas adoptadas que resultaram na interrupção parcial da actividade económica, e medidas de políticas fiscais como o relaxamento do IVA em produtos essenciais que compõem a cesta básica dos Moçambicanos, para impedir que a indústria nacional entrasse em falência e que os cidadãos pudessem inclusivamente ver asseguradas as medidas imprescindíveis de higienização e saúde.

À medida que a COVID-19 foi se espalhando pelo mundo, tornou-se claro que ele será bastante prejudicial para a economia mundial. Em face dos desafios desta pandemia, o Governo de Moçambique teve que ampliar as unidades de terapia intensiva e fornecer mais recursos para hospitais e ao sistema de saúde com vista controlar a propagação do coronavírus. Houve também a necessidade de aplicar o orçamento nacional e o apoio do Banco de Moçambique, do INSS e dos parceiros internacionais no desenvolvimento de políticas com vista a mitigar a eminente crise

nas áreas econômica e de saúde, com particular ênfase nas medidas de políticas fiscais que resultam mais rapidamente em pouco tempo, e de apoio e financiamento as PMEs.

Exemplos de sucesso no mundo sugerem avanços no processo de triagem de pacientes suspeitos de COVID-19, permitindo dessa forma projectar uma triagem estratégica em uma região epidémica com um grande número de pacientes com COVID-19 e outras doenças respiratórias, perante recursos limitados para testes moleculares que usam o ácido nucleico do vírus (PCR em tempo real). Isto já está a ser realizado em forma de inquéritos sero-epidemiológicos recentemente lançados na Província de Nampula.

Em termos de desafios sócio-económicos, é mais difícil retirar os grupos vulneráveis dos sectores agrícola e informal, o que consubstancia e autêntica as políticas sanitárias e de higiene implementadas pelo Governo nas zonas rurais e principalmente nos mercados informais.

Neste contexto, houve um grande contributo dos parceiros de Cooperação, sendo que o ICCT vai disponibilizar a soma global de 500 Milhões de dólares para apoio às medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia da COVID.

A nova abordagem do ponto de vista de políticas macro-económicas coloca ênfase na “resiliência” realçando a capacidade de recuperação e adaptação durante e após situações de crise e interrupção ou redução da actividade económica. Realçando que, ter como alvo os grupos vulneráveis não é suficiente, estamos todos em risco porque somos tão fortes e temos que ter um sistema de saúde mais forte. As restrições de viagem e as medidas de distanciamento social continuarão a afectar fortemente a economia global, espera-se uma redução na capacidade de produção, pelo menos no curto prazo, escassez da procura devido à diminuição da confiança do consumidor e ao aumento dos empréstimos das famílias que precisarão ser pagas, o que deve reduzir as despesas arbitrárias. Nesse cenário, a economia doméstica local dificilmente recuperará antes de 2022.

Um dos maiores desafios para os sistemas de saúde pública centra-se na necessidade de conceber cada vez mais uma estrutura para o desenvolvimento de diretrizes clínicas durante emergências de saúde pública para garantir métodos rigorosos e a inclusão de populações vulneráveis, dado que esta foi uma das falhas no combate e mitigação do impacto da COVID, a não existência de defesas e sistemas de controle para grupos vulneráveis, o que vai de encontro com as percepções e análise desenvolvida neste trabalho científico, segundo as quais o apoio aos grupos vulneráveis e a manutenção das medidas de restrição e mitigação do alastramento comunitário, mesmo que perante a necessidade de um desconfinamento gradual seriam fundamentais para reduzir impactos socio-económicos negativos da COVID.

Estima-se que o impacto da COVID sobre estes indicadores de bem-estar deverá ser diferenciado dependendo do grupo de renda a que o país pertença. Sendo Moçambique um país de baixa renda o impacto deverá ser maior no nível das desigualdades do que nas medições de pobreza. Enfim, o grande desafio para Moçambique é a consciencialização e mudança de comportamento cumprindo o distanciamento social e as medidas de higienização e saúde conforme o protocolo dimanado da OMS e autoridades de saúde pública nacionais.

REFERÊNCIAS

ADB BRIEFS N.º 128. The Economic Impact of the COVID-19 Outbreak on Developing Asia, March 2020. Disponível em: <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/571536/adb-brief-128-economic-impact-covid19-developing-asia.pdf>; Acessado em: 10 de Junho de 2020.

Africa CDC. (2020). “Outbreak Brief 22: COVID-19 Pandemic – 16 June 2020.” Disponível em: <https://africacdc.org/download/outbreak-brief-22-covid-19-pandemic-16-june-2020/> Acessado em: 16 de Junho de 2020.

Baldwin e di Mauro. (2020). “Mitigating the COVID Economic Crisis: Act Fast and Do Whatever It Takes.” Março de 2020. Disponível em: <https://voxeu.org/content/mitigating-covid-economic-crisis-act-fast-and-do-whatever-it-takes>; Acessado em: 10 de Junho de 2020.

Banco de Moçambique. http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=385 Impacto Esperado as Medidas Tomadas pelo BM para Mitigar os Riscos da COVID na Economia. Março de 2020. Disponível em: http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=385; Acessado em: 11 de Junho de 2020

Boletim Científico do N.º1, MISAU, 2020. <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios> Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Boletim%20Cientifico%20COVID-19%20%20NUMERO%201%2003ABRIL2020_IJ.pdf; Acessado em: 10 de Junho de 2020.

BOLETIM DIÁRIO COVID-19 N.º 92.. Ministério da Saúde, Junho de 2020. <https://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios> Disponível em: <http://www.misau.gov.mz/index.php/covid-19-boletins-diarios>; Acesso em: 18 de Junho de 2020.

Ferretti et al. (2020). “Quantifying SARS-CoV-2 transmission suggests epidemic control with digital contact tracing.” *Science* 08 May 2020:Vol. 368, Issue 6491, eabb6936 Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/368/6491/eabb6936> Acessado em: 16 de Junho de 2020.

Linkov, BD Trump, W Hynes (2019) Resilience Strategies and Policies to Contain Systemic International Publishing. I Linkov, BD Trump, K Poinsette-Jones, P Love, W Hynes, G Ramos (2018) Resilience at OECD: Current State and Future Directions IEEE Engineering Management Review 46 (4), 128-135 Disponível em: http://www.oecd.org/naec/projects/resilience/NAEC_Resilience_and_Covid19.pdf Acessado em: 16 de Junho de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. **PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020.** Abril de 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Proposta%20de%20Lei%20do%20Or%20C3%A7amento%20de%20Estado%202020%20-%20AR%20-06042020.pdf> Acessado em: 14 de Junho de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS, Direcção Nacional de Estudos Económicos e Financeiros. **Pobreza e Bem-estar em Moçambique:** Quarta Avaliação Nacional. Outubro de 2016. Disponível em: https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Final_QUARTA%20AVALIA%20C3%87AO%20NACIONAL%20DA%20POBREZA_2016-10-26_2.pdf; Acessado em: 10 de Junho de 2020.

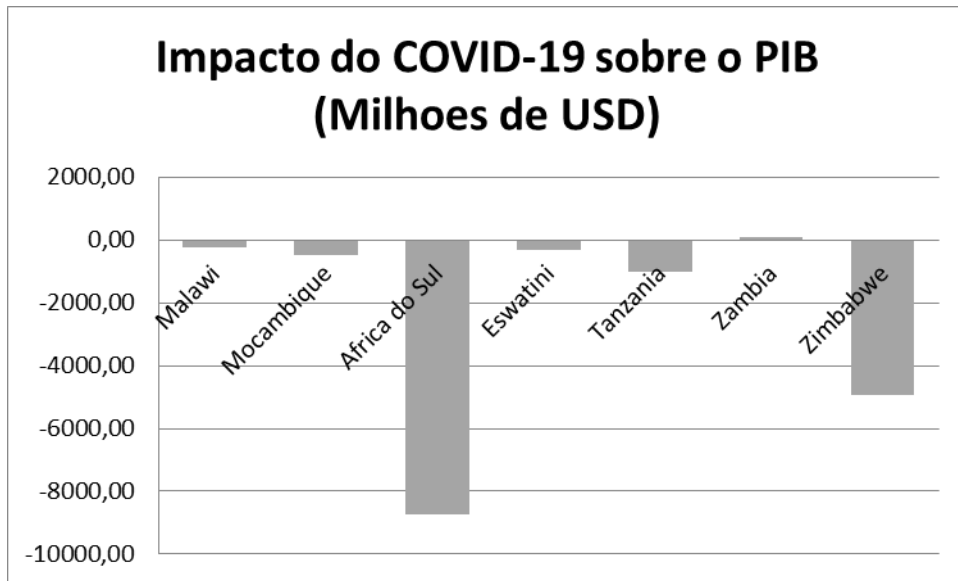
Nicola, Maria et. al. (2020). “The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review.” Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7162753/> Acessado em: 14 de Junho de 2020.

Onyekwena e Ekeruche. (2020). “Understanding the impact of the COVID-19 outbreak on the Nigerian economy.” Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2020/04/08/understanding-the-impact-of-the-covid-19-outbreak-on-the-nigerian-economy/> Acessado em: 13 de Junho de 2020.

WFP-Regional Bureau. (2020). COVID-19 Level 3 Emergency. External Situation Report. Disponível em: https://docs.wfp.org/api/documents/edea71639137476fbd600cb051bf0716/download/?_ga=2.80242199.18655450.1593072795-1864444658.1587377445; Acessado em: 10 de Junho de 2020.

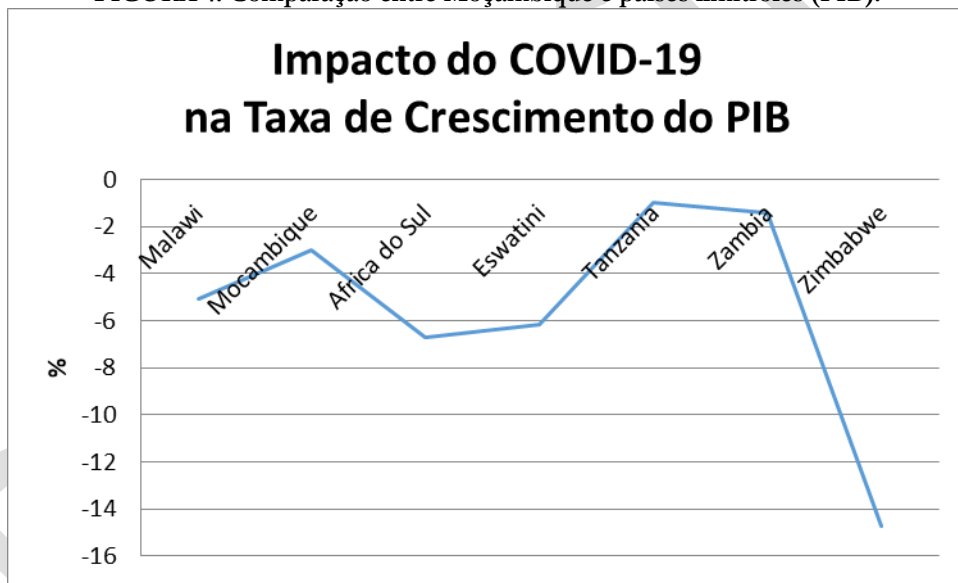
World Economic Outlook. The Great Lockdown. International Monetary Fund, April 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2020/04/08/understanding-the-impact-of-the-covid-19-outbreak-on-the-nigerian-economy/> Acessado em: 14 de Junho de 2020.

ANEXOS



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do INE, FMI e World Bank, Trading Economics

FIGURA 4: Comparação entre Moçambique e países limítrofes (PIB).



Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do INE, FMI e World Bank, Trading Economics.

FIGURA 5: Comparação entre Moçambique e países limítrofes (Taxa de Crescimento do PIB)

TABELA 3: Taxa de Mortalidade e de Infecção da COVID e outras epidemias

	Taxa de Mortalidade (Mortes/N. de casos)	Taxa de Infecção (Por pessoa Infectada)
Ébola	50%	1,5-2,5
MERS	34,30%	0,42-0,92
SARS	10%	3
COVID-19	1%-3,4%	1,5-3,5
Gripe Sazonal	0,05%	1,3

Fonte: ADB Briefs N. 128